

## **PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 120, DE 28 DE JUNHO DE 2013.**

“Institui o Plano Plurianual do Município de Eldorado do Sul para o período 2014 – 2017.”

**SÉRGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

### **LEI**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL**

**Art. 1º** Esta lei institui o Plano Plurianual – PPA do Município para o período 2014 – 2017.

**Art. 2º** O PPA é instrumento de Planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

**Art. 3º** O PPA tem como diretrizes:

- I – Valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;
- II – Participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;
- III – Forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;
- IV – A excelência na gestão.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO**

**Art. 4º** O PPA reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de programas, classificados em duas espécies, os Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município, assim definidos:

- I – Programa Temático: aquele que expressa à agenda de governo por meio de políticas públicas, orientado a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade;

II – Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Município: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, a gestão e à manutenção da atuação governamental.

**Art. 5º** Os Programas Temáticos são compostos por Objetivos, Indicadores e Valor Global.

§ 1º. O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de iniciativas e tem como atributos:

I – Órgão Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: é uma medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa;

III – Iniciativa: declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário.

§ 2º O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 3º O Valor Global indica uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos, com as respectivas categorias econômicas.

**Art. 6º** As codificações dos programas serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

**Art. 7º** Integram o PPA os seguintes anexos:

I – Demonstrativo da previsão da receita para o período 2014/2017;

II – Demonstrativo dos programas de governo para o período 2014/2017.

## **CAPÍTULO III**

### **DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS**

**Art. 8º** Os Programas constantes do PPA 2014 – 2017 estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

**Parágrafo único.** As ações orçamentárias de todos os programas serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

**Art. 9º** O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não constituem em limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

**Art. 10.** Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os respectivos atributos.

**Art. 11.** O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

- I – Alterar o Valor Global do Programa;
- II – Incluir, excluir ou alterar Iniciativas não orçamentárias;

**Parágrafo único.** O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

- I – Indicador;
- II – Valor Referência;
- III – Metas;
- IV – Órgão Responsável;
- V – Iniciativas sem financiamento orçamentário.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO**

**Art. 12.** A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos programas de governo, conforme prevê a Lei Complementar nº 101/2000, art. 4º, “e”.

**Art. 13.** O Município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência.

**Art. 14.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 28 de junho de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski  
Secretária de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_